

A música na Educação Profissional – O currículo integrado do ensino médio ao ensino técnico

Josiane Paula Maltauro¹
UNIRIO/PPGM-D
SIMPOM: *Educação Musical*
josianelopesifms@gmail.com

Resumo: Este texto faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "A música na Educação Profissional: o currículo de Artes/Música no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais". A pesquisa encontra-se em fase inicial e neste recorte é apresentada uma revisão de literatura a respeito do histórico da educação profissional e do ensino médio integrado. A aprovação da Lei 11.769/2008, que versa sobre a obrigatoriedade de conteúdos musicais no currículo da Educação Básica, traz uma relevante oportunidade de discutir as relações entre música e educação no Brasil. Ao mesmo tempo, a partir de 2008 houve uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a criação dos Institutos Federais. A educação profissional, através da efetivação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tornou-se o centro das políticas públicas do país. Baseando-se nas discussões a respeito do currículo e das disciplinas escolares, pode-se afirmar que, historicamente, a inserção da música na escola está diretamente ligada às questões políticas, sociais e culturais que permeiam desde os processos de seleção, organização e prática dos saberes escolares até as disputas no que diz respeito à identidade cultural. Diante disso, a proposição desta pesquisa, justifica-se pelo fato de estar investigando um contexto novo e ainda pouco explorado, que é a educação profissional. Além disso, este estudo contribui com estudos na área de educação, no que tange a organização do ensino no âmbito da educação profissional e na área de educação musical, por estar investigando a inserção da música em um contexto diferenciando, voltando seu olhar para a articulação entre o ensino de música em sala de aula, dentro da disciplina de artes/música no currículo integrado.

Palavras-chave: Educação Profissional; Música; Ensino Médio Integrado.

Musici in Professional Education – The Integrated Curriculum from High School to Technical Teaching

Abstract: This writing is part of a Doctoral Degree research entitled "Music in professional education: the Arts/Music curriculum in the Integrated High School of Federal Institutes". The research is at an early stage and this text presents a literature review about the history of education and the integrated high school. The Law 11,769/2008 approval, which talks about the obligation of musical content in the basic education curriculum, shows an important opportunity to discuss the relationship between music and education in Brazil. At the same

¹ Orientador: José Nunes Fernandes. A autora atua como Professora de Artes/Música no IFMS que está apoiando a apresentação deste trabalho.

time, from 2008 there was an expansion of the Federal Professional and Technological Education, when were founded the Federal Institutes. The professional education, through execution and expansion of the Federal Professional and Technological Education, became the public policies main focus in the country. Based on the discussions about the curriculum and school subjects, it can be said that, historically, the inclusion of music in school is directly linked to the political, social and cultural issues that permeate since the selection processes, organization and practice of school knowledge up to the disputes related to cultural identity. Therefore, the proposition of this research is justified because it has been investigating a new context and still little explored, which is the professional education. Furthermore, this study contributes to researches in education, regarding the organization of teaching in professional education and music education area, for investigating the music insertion into a differentiated context, focusing the joint to music teaching in the classroom, in the arts/music subject in the integrated curriculum.

Keywords: Professional Education; Music; Integrated High School.

1. Introdução

Este texto faz parte da pesquisa de doutorado intitulada "A música na Educação Profissional: o currículo de Artes/Música no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais". A pesquisa encontra-se em fase inicial e neste recorte é apresentada uma revisão de literatura a respeito do histórico da educação profissional e do ensino médio integrado.

A aprovação da Lei 11.769/2008, que versa sobre a obrigatoriedade de conteúdos musicais no currículo da Educação Básica, traz uma relevante oportunidade de discutir as relações entre música e educação no Brasil. Ao mesmo tempo, a partir de 2008 houve uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica com a criação dos Institutos Federais. A educação profissional, através da efetivação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tornou-se o centro das políticas públicas do país.

Nesse sentido, alguns questionamentos são levantados para balizar a discussão no que diz respeito ao currículo de música ou de artes/música na educação profissional, dentre os quais, destaca-se para este recorte a questão: Como está organizado o currículo dos cursos de nível médio integrado no que diz respeito à música? Focaremos na questão da organização do currículo nos cursos de nível médio integrado e no histórico da Educação Profissional que deve auxiliar na compreensão desta organização curricular.

Baseando-se nas discussões a respeito do currículo e das disciplinas escolares, pode-se afirmar que, historicamente, a inserção da música na escola está diretamente ligada às questões políticas, sociais e culturais. Garcia (2012, p. 395) explica que as relações entre música e educação devem ser compreendidas como um campo que se delimita junto às

disputas pela definição e pela hierarquização dos saberes e fins educacionais, numa perspectiva pela qual não se pode falar da natureza e do valor da educação musical sem se falar da natureza e do valor histórico e sociocultural da música e da educação.

A relação música e educação em suas funções didáticas, pedagógicas e curriculares está diretamente ligada ao contexto em que está inserida. Nesse sentido, pesquisadores como Souza (2007), Penna (2007) e Ilari (2007) discutiram a conquista de espaço da música na escola, sua inserção no cotidiano escolar diante das diversas instâncias e contextos educacionais, a comunicação da educação musical com as ciências sociais no que diz respeito à criação de políticas públicas para o ensino de música e a onipresença da música nas atividades humanas. Partindo da ideia que a música faz parte do cotidiano do ser humano e que, de acordo com Ilari (2007), sua ocorrência se dá através da multiplicidade de práticas e de repertórios relacionados às atividades cotidianas e às funções psicossociais, podemos afirmar, concordando com Penna (2007, p. 63) “que a conquista de espaços para a música na escola depende, em grande parte, do modo como atuamos concretamente no cotidiano escolar e diante das diversas instâncias educacionais”.

Este recorte da pesquisa apresenta uma síntese a respeito do currículo na concepção da educação profissional integrada ao ensino médio, destacando o ensino técnico integrado ao ensino médio no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional. Para compreender esse currículo integrado, apresenta-se um breve histórico da educação profissional tentando demonstrar como ele está politicamente inserido no contexto educacional brasileiro.

2. Histórico da Educação Profissional

A educação profissional, de acordo com Moura (2012), data do início do século XIX, quando criou-se o Colégio das Fábricas, que tinha um cunho assistencialista, uma vez que oferecia formação teórico-prática e ensino industrial à crianças órfãs e abandonadas. Entre os séculos XIX e XX a preparação de operários passou a mesclar os objetivos assistencialistas da formação profissional. Em 1909, o então Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizes e Artífices, destinadas aos “pobres e humildes” e instaladas em todas as unidades da federação (MOURA, 2012).

Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, além do Conselho Nacional de Educação, como órgão de acompanhamento e supervisão, especialmente no que diz respeito aos recursos financeiros.

A educação média era composta, antes de 1930, por ensino secundário e ensino profissional. Com as mudanças propostas por Francisco Campos, em 1931, o ensino secundário passou a ter como finalidade, a preparação integral do homem, superando seu caráter propedêutico e preparatório para o ensino superior. A estrutura era composta por dois ciclos: fundamental e complementar. O fundamental tinha duração de cinco anos e matriz curricular unificada; o complementar era de dois anos, com disciplinas obrigatórias e diferenciadas. As disciplinas diferenciadas estavam atreladas ao curso superior pretendido. Dessa forma, o currículo “era enciclopédico e diversificado, constituído por disciplinas das ciências humanas, da natureza, línguas, artes e literatura” (PEREIRA; PASSOS, 2012, p.79).

Já no ensino profissional médio, a reforma ocorreu através do decreto nº 20.158 de 30 de junho de 1931, o qual regulamentou a profissão de contador e organizou o ensino comercial, dividindo-o em nível médio e superior, com duração e disciplinas diferenciadas. Os cursos profissionais, exceto o de cunho comercial, não tinham vinculação com o ensino secundário e nem com o superior, evidenciando a dicotomia entre a educação propedêutica, para a elite e a educação para o trabalho, dirigida aos membros da classe trabalhadora.

No final da década de 40, inicia-se um período de redemocratização pós-Estado Novo que provocou discussões em diversos projetos da sociedade. Os processos de industrialização e modernização das relações de produção exigiram um posicionamento mais efetivo dos dirigentes em relação à educação nacional. Nesse sentido, promulgaram-se diversos Decretos–Lei no intuito de normatizar a educação nacional. Entre eles, destacam-se as Leis Orgânicas da Educação Nacional - Reforma Capanema (BRASIL, 2007).

Após a Reforma Capanema, a educação regular brasileira, ficou estruturada em dois níveis: básico (subdivido em duas etapas – ensino primário e ensino secundário, este último englobava o curso ginásial e o colegial) e superior. O ensino profissionalizante era constituído pelos cursos normal, industrial técnico, comercial técnico e agrotécnico. Estes cursos tinham o mesmo nível e duração do colegial, porém, não habilitavam para o ingresso no ensino superior.

Nesse cenário contraditório surge a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 4.024/1961 – envolvendo todos os níveis e modalidades de ensino e dando equivalência aos cursos acadêmicos e profissionalizantes. Porém, na prática, segundo Moura (2012), os currículos mantiveram a dualidade, “pois a vertente propedêutica continuou privilegiando os conteúdos exigidos no acesso ao ensino superior, e os cursos

profissionalizantes seguiram privilegiando os conteúdos vinculados às necessidades imediatas dos setores produtivos” (p. 50).

Em 1971, após o golpe militar de 1964, houve uma reforma na educação básica através da LDB n. 5.692/71, que consistiu em uma tentativa de estruturar a educação de nível médio como sendo profissionalizante para todos. A reforma, legalmente, eliminaria a dualidade entre educação geral e formação profissional, porém, na prática isso não aconteceu, uma vez que as escolas privadas continuaram com os currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes visando o atendimento às elites que queriam garantir o acesso ao ensino superior.

Ao mesmo tempo, nas Escolas Técnicas Federais (ETF) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAF), que deram origem aos atuais Institutos Federais (IF), houve uma consolidação dos cursos nas vertentes industrial e agropecuária, uma vez que na rede federal tinha o que faltava na rede estadual, principalmente apoio financeiro e corpo docente especializado.

Tudo isso resultou em um ciclo negativo que perdura até os dias atuais, que é “a deterioração da escola básica pública brasileira, o qual reforça a dualidade entre educação básica e educação profissional, entre educação pública e privada” (MOURA, 2012, p. 51) e, ainda, fortalece a oferta privada da educação.

Nesse sentido, somando-se à crise da década de 80, quando o *boom* da industrialização sofreu uma retração e passou-se a necessitar de menos trabalhadores, havendo efetivamente uma redução nos postos de trabalho no país (OLIVEIRA JR, 2014), a obrigatoriedade da educação profissional perde força, sendo que, no início da década de 90,

após a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorre no Congresso Nacional o processo que culmina com a entrada em vigor de uma nova LDB, a Lei nº 9.394/1996, já quase não há mais 2º grau profissionalizante no país, exceto nas Escolas Técnicas Federais – ETF, Escolas Agrotécnicas Federais – EAF e em poucos sistemas estaduais de ensino. (BRASIL, 2007, p. 15.)

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996), a dualidade entre a educação básica e a educação profissional permanece, sendo que a educação brasileira fica dividida em dois níveis: educação básica e ensino superior, a educação profissional não está em nenhum dos dois, ou seja, a educação profissional não faz parte do ensino regular no Brasil. A separação entre o ensino médio e a educação profissional foi confirmada com o

Decreto nº. 2.208/97, no qual o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional.

Nos anos 2000 retomou-se a discussão sobre a relação entre o ensino médio e a educação profissional, o que resultou no Decreto nº 5.154/2004, o qual aponta a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional, mas mantém as possibilidades dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes. A forma concomitante é destinada a quem está fazendo o ensino médio e ao mesmo tempo, com matrículas independentes, faz um curso técnico; já o subsequente, destinado a quem já concluiu o ensino médio propedêutico, mas não tem condições de ir para o ensino superior e nem de entrar no mundo do trabalho com a formação do nível médio, o que representa a incapacidade do Estado de garantir educação básica de qualidade para todos, bem como, torna-se uma forma de melhorar as condições de inserção social, política, cultural e econômica desses brasileiros.

A proposta do ensino médio integrado vem sendo implantada desde 2005 na Rede Federal de Educação Profissional e em algumas redes estaduais. Chama-se ensino médio integrado, pois sua elaboração baseia-se no eixo estruturante trabalho, ciência, tecnologia e cultura e, também por integrar o trabalho como contexto de uma formação profissional específica.

A oferta do ensino médio integrado ao técnico se concretizou com a Lei 11.741/08 que atualiza as diretrizes curriculares para a educação profissional técnica de nível médio e com o projeto de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, transformando as antigas Escolas Técnicas Federais e os CEFETs em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) e abrindo novos IFs em diversos estados que ainda não contavam com rede federal de educação profissional.

3. O Currículo Integrado na Educação Profissional

No ensino técnico integrado ao ensino médio, a concepção do currículo (integrado) tem como finalidade oferecer uma educação que contemple todas as formas de conhecimentos produzidas pela atividade humana, que não separa o conhecimento científico daquele adquirido pelos educandos no cotidiano das suas relações culturais e materiais. De acordo com Kuenzer (2002, p. 43-44) o ensino integrado tem por objetivo “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura”.

Como se trata da formação básica integrada à formação profissional, o currículo integrado vai além dos interesses de mercado, possibilitando que o aluno tenha acesso aos conhecimentos científicos e culturais ao mesmo tempo em que realiza sua formação profissional.

Nos Institutos Federais, o currículo dos cursos técnicos integrados é composto por disciplinas do “núcleo comum”² e por “disciplinas técnicas”³. Dentro do *roll* do que é chamado de núcleo comum está incluída, entre outras, a disciplina de artes ou artes/música, o que nos leva a crer que o ensino técnico integrado ao ensino médio compreende a importância da formação integral do aluno, dando-lhe subsídios para atuar no mundo do trabalho, mas também para ir além, buscando ampliação dos conhecimentos acadêmicos, dando-lhe condições de continuar seus estudos em cursos de graduação e pós-graduação.

Nesse sentido, vale ressaltar as críticas comumente apontadas ao ensino técnico como sendo direcionado somente para a formação de mão-de-obra, porém é necessário reconhecer que formar jovens para o mundo do trabalho é uma necessidade da sociedade atual e destacar que a formação oferecida nos cursos técnicos integrados ao ensino médio, atualmente, vai além de conhecimentos específicos da parte técnica e, que, é possível formar, de modo integrado, pessoas capacitadas para o mundo do trabalho, mas também críticos, reflexivos e transformadores da sociedade em que vivem.

Consequentemente, a educação musical apresenta-se na educação formal como ferramenta de construção do ser humano, para além da esfera da indústria cultural e de seus interesses mercadológicos imediatos trazendo à tona a reflexão sobre o currículo dos cursos técnicos e o desconhecimento das expectativas dos estudantes em relação à formação profissionalizante dentro destes cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Dessa forma, concordamos com Garcia (2012, p. 395) ao afirmar que

assim como a presença da Música nas sociedades envolve justificativas e funções específicas dentro de cada contexto, o mesmo pode se estender as suas formas de relação com a Educação e todos os seus repertórios de justificativas e funções pedagógicas, didáticas e, sobretudo, curriculares.

A respeito da relação Música-Currículo-Educação, o que vem sendo discutido como temática educacional é justamente a desconstrução do currículo como um ponto

² Entende-se por disciplinas do “núcleo comum” as mesmas que fazem parte do ensino médio regular.

³ As “disciplinas técnicas” são aquelas específicas da formação profissionalizante, relacionadas diretamente ao curso técnico.

absoluto, inocente, neutro e livre do interesse social (MOREIRA & SILVA, 2002). O currículo faz parte de uma construção social e, segundo Lopes (2004) é um artefato sociocultural de embate entre sujeitos, concepções de conhecimento, formas de entender e construir o mundo,

as políticas curriculares não se resumem apenas aos documentos escritos, mas incluem os processos de planejamento, vivenciados e reconstruídos em múltiplos espaços e por múltiplos sujeitos no corpo social da educação (LOPES, 2004, p. 111.)

Nessa perspectiva, parece relevante buscar compreender o currículo “em sua relação com questões que perguntem pelo ‘por que’ das formas de organização do conhecimento escolar” (MOREIRA & SILVA, 2002, p. 8), o que nos leva a refletir, no caso das relações entre a educação profissional e a música, sobre as motivações e as formas como a música torna-se ou não parte desse determinado conjunto de conhecimentos.

Segundo Fernandes (2013, p. 121) “o pressuposto básico para a elaboração de um currículo, bem como da prática (curso, aula), é definirmos com clareza quais são os objetivos de cada componente curricular”, o autor destaca que a educação musical deve contribuir para que o aluno se desenvolva em diferentes áreas, como intelectual, emocional, sensório-motor e social, indo além da estética e da alfabetização musical.

Dessa forma, entende-se currículo como um espaço de organização do conhecimento escolar por onde passa a seleção dos conhecimentos a serem trabalhados na escola, ou seja, que faz parte de um planejamento pedagógico e institucional.

Considerações Finais

Neste texto apresentamos um breve histórico do ensino técnico integrado ao ensino médio no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, buscando compreender esse currículo integrado e tentando demonstrar como ele está politicamente inserido no contexto educacional brasileiro.

O texto se construiu a partir da perspectiva histórica de autores que discutem o ensino médio integrado, como Pereira e Passos (2012) que apresentam os dados históricos da Educação Profissional nas décadas de 1930 e 1940, especificando a organização dos graus e modalidades de ensino neste período; Leal discute a respeito dos investimentos financeiros na Educação Profissional e Moura (2012) destaca, no histórico da Educação Profissional, a dualidade entre a escola propedêutica e as escolas técnicas.

No que diz respeito ao currículo integrado, destacamos os autores como Lopes (2004) que escreve sobre as políticas curriculares, defendendo que o currículo é uma construção sociocultural que perpassa diversas concepções; Kuenzer (2002) que discute especialmente a proposta de ensino médio integrado ao ensino técnico e Moreira e Silva (2002) que questionam as formas de organização do conhecimento escolar, principalmente no sentido de que a organização curricular não está livre do interesse social.

Assim, buscamos compreender a educação musical dentro da educação formal como ferramenta de construção do ser humano, para além da esfera da indústria cultural e de seus interesses mercadológicos enfatizando a importância da reflexão sobre o currículo dos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio.

Referências

- BRASIL. Lei nº 9394/96, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.
- _____. Ministério da Educação e Cultura. Educação profissional: referenciais curriculares nacionais de educação profissional de nível técnico. Brasília: MEC, 2000.
- _____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1971.
- _____. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1997.
- _____. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2004.
- _____. IL. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio. Documento-base. Brasília:MEC, 2007.
- _____. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Imprensa Nacional, 2008.
- FERNANDES, José Nunes. *Educação Musical: Temas Selecionados*. Curitiba, CRV, 2013.
- GARCIA, Gilberto Vieira. *Currículo, Educação e Música: uma perspectiva teórica*. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PÓS-GRADUANDOS EM MÚSICA, 2. Anais... Rio de Janeiro, 2012. CD-ROM.
- ILARI, Beatriz. *Música, identidade e relações humanas em um país mestiço: implicações para a educação musical na América Latina*. In: REVISTA DA ABEM, Porto Alegre, v. 18, out. 2007, p. 35-44.
- KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). *Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LEAL, Leila. A educação brasileira no caminho da qualidade. Educação profissional e ensino médio integrado no Brasil: um balanço das conquistas e reivindicações. *Revista Poli*, ano 3, n. 15, jan/fev. 2011, p. 2-9.

LOPES, Alice Casimiro. Políticas Curriculares: continuidade ou mudança de rumos? *Revista Brasileira de Educação*. n. 26, maio/jun/jul/ago. 2004, p. 109-119.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria crítica do currículo. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002, p. 7-37.

MOURA, Dante Henrique. Políticas Públicas para Educação Profissional e Técnica de Nível Médio nos anos 1990 e 2000: Limites e Possibilidades. In: OLIVEIRA, Ramos e. *Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional – Políticas Públicas em Debate*. Campinas, SP: Papirus, 2012, p. 47-81.

OLIVEIRA JR., Antônio Jorge Gonçalves de. Análise Histórica do Ensino Médio Integrado no Brasil. In: *Revista Com Censo – Estudos Educacionais do Distrito Federal*. Brasília, DF, Vol.1, nº 1, 1º Ed, dez. 2014, p. 53-64.

PENNA, Maura. *Caminhos para a conquista de espaços para a música na escola: uma discussão em aberto*. In: REVISTA DA ABEM, Porto Alegre, n. 19, p. 57-54, mar. 2007.

SOUZA, Jusamara. *Cultura e diversidade na América Latina: o lugar da educação musical*. In: REVISTA DA ABEM, Porto Alegre, n. 18, p. 15-20, 2007.